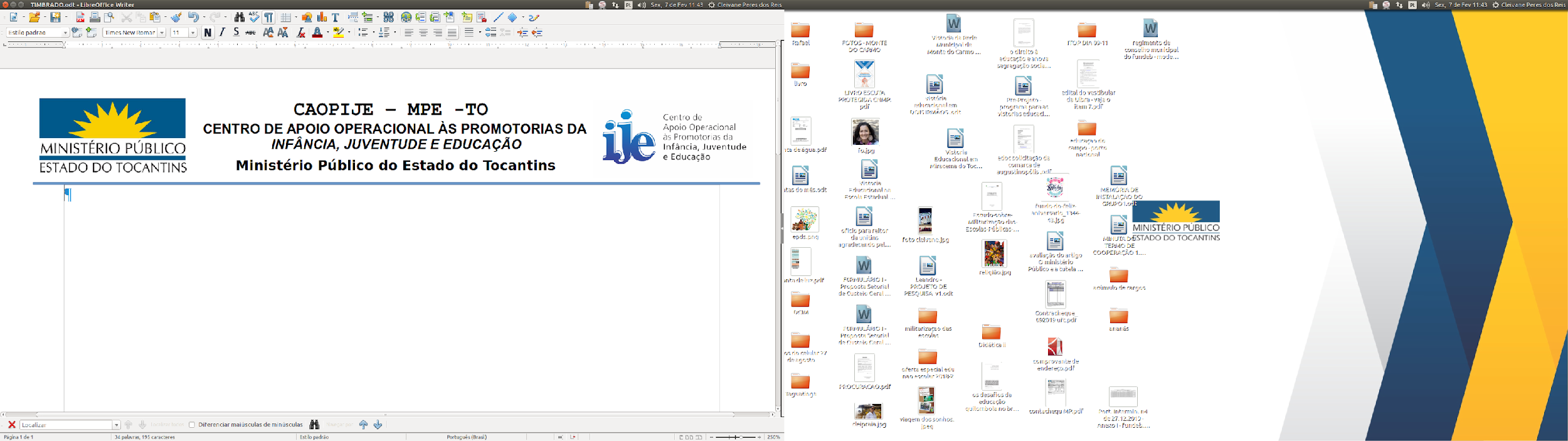
****

**Ofício nº XXX/2022 – XXXX**

Palmas, XX de setembro de 2022

A Sua Excelência, o Senhor

**XXXXX**

Prefeito(a) XXX

Neste

**Assunto: Diagnóstico Socioterritorial do Município XX**

Senhor(a) Prefeito(a),

Cumprimentando-o, vimos pela presente informar sobre a abertura do Procedimento Administrativo XXXXXXXX, com o objetivo de acompanhar e fiscalizar os serviços da proteção especial (PSE), em atenção a Lei Federal n.º 8.742/93, que dispõe sobre a Política de Assistência Social, além de tentar compreender a realidade do município XX, especialmente no que tange às situações de vulnerabilidade e risco do território, e dos recursos e fragilidades existentes na rede local.

Como se sabe, o Diagnóstico Socioterritorial é a ferramenta, no âmbito da Assistência Social, que tem a função de realizar o levantamento e análise da situação dos territórios no município quanto às demandas por direitos, serviços e benefícios sociais. Na elaboração do Diagnóstico Socioterritorial a atenção com as informações levantadas é de suma importância, pois precisam abordar temas e dados específicos a fim de que se alcance o resultado pretendido.

Ademais, as Orientações Técnicas da Vigilância Socioassistencial (2013) e a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social (NOB – SUAS/2012) estabelecem condições mínimas para a realização do Diagnóstico Socioterritorial.

Sendo assim, é a presente para **REQUISITAR** a realização do referido Diagnóstico Socioterritorial a ser apresentado no **prazo máximo de XX dias**, o qual deve conter, no mínimo, os seguintes itens:

1. Ficha Técnica (órgão/setor/profissionais participantes na construção do diagnóstico);
2. Metodologia (instrumentais e métodos utilizados na coleta e análise dos dados; período/duração da pesquisa, etc);
3. Dados e indicadores de contexto (informações essenciais de áreas tais como: demografia, educação, saúde, trabalho, infraestrutura urbana, economia, etc);
4. Dados sobre a incidência de violações de direitos no município;
5. Variáveis e indicadores de caracterização da demanda atual e potencial para os Serviços e Benefícios da Assistência Social;
6. Informações sobre os serviços, programas e benefícios do SUAS disponíveis no território (com dados que possibilitem a compreensão da capacidade real/efetiva de atendimento);
7. Descrição dos serviços, programas e benefícios ofertados pelos demais setores da rede governamental e não governamental, especialmente no que se refere aos pontos de contato e complementariedade com o trabalho do SUAS (saúde, educação, habitação, cultura/esportes/lazer, profissionalização, etc);
8. Diagnóstico das necessidades/fragilidades (incluindo as dificuldades na execução do SGD) e dos recursos/potencialidades do território que constituem reais oportunidades de desenvolvimento;
9. Identificação das metas e prioridades de trabalho;

Por fim, ressalta-se que é fundamental que o diagnóstico apresentado não se restrinja ao levantamento de dados e indicadores quantitativos, promovendo também a apresentação qualitativa de informações, possibilitando, assim, uma leitura mais próxima do contexto social local, suas dificuldades e potencialidades.

Atenciosamente,

**Promotor de Justiça - Ministério Público do Tocantins**